



Análise de divergência SICOOB – Unicentro Norte

FÁBIO VAZ RIBEIRO E OUTROS - PRODUTOR RURAL – GRUPO RIBEIRO



Recuperação Judicial

5403265-03.2025.8.09.0115

1. Introdução

Trata-se de recuperação judicial ajuizada em 23/05/2025, por Fábio Vaz Ribeiro, Fabiane Vaz Ribeiro, João Antônio Ribeiro e Maria Luzia Vaz Ribeiro, em conjunto denominados como "Grupo Ribeiro". O processamento foi deferido por decisão datada de 24/07/2025.

O edital do art. 52, §1º e art. 7º, §1º, ambos da Lei 11.101/2005, foi publicado no DJE no dia 20/08/2025, iniciando-se o prazo de 15 dias para a apresentação de habilitações e ou divergências em face da relação de credores elaborada pelos Recuperandos, diretamente à Administração Judicial, prazo que se encerrou no dia 04/09/2025. Iniciando-se o prazo de verificação administrativa dos créditos.

2. Análise do Passivo sujeito à Recuperação Judicial

Procedeu-se à atualização dos créditos sujeitos à Recuperação Judicial com fundamento na interpretação do art. 9º, inciso II da Lei n º 11.101/2005 c/c Art. 397 e 406 do Código Civil:

Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;

Art. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência) Parágrafo único. Não havendo termo, a mora se constitui mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Segue a lista apresentada pelos Recuperandos que compôs a inicial:

GRUPO ECONÔMICO RIBEIRO

RELACAO NOMINAL COMPLETA DE CREDITORES: RESUMO POR CLASSE

CLASSE DE CREDOR	VALOR (R\$)
CLASSE I: CREDITORES TRABALHISTAS	0,00
CLASSE II: CREDITORES COM GARANTIA REAL	23.986.286,64
CLASSE III: CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS	53.652.031,77
CLASSE IV: CREDITORES ME & EPP	0,00
TOTAL DA DIVIDA	77.638.318,41



- CLASSE I: CREDITORES TRABALHISTAS
- CLASSE II: CREDITORES COM GARANTIA REAL
- CLASSE III: CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS
- CLASSE IV: CREDITORES ME & EPP

1. Divergências apresentadas por credores

1.3 Classe III – Quirografários

1.3.1 Credor: **SICOOB UNICENTRO NORTE BRASILEIRO – 02.282.709/0001-52**

Natureza:	Divergência de classe e de valor
Valor edital do art. 52, § 1º:	9.650.645,00
Valor indicado pelo credor:	R\$ 14.759.378,48 – <i>Posição em: 16/07/2025</i>
Classe do Crédito no Edital:	Classe III – Quirografário
Classe indicada pelo credor:	Extraconcursal
Documentos apresentados:	Procuração, Matrícula, Cédula de Crédito Bancário, Aditivos e Demonstrativo de Débitos



SÍNTESE DA DIVERGÊNCIA:

O credor requereu o reconhecimento da extraconcursalidade de seus créditos, tendo em vista que se trata de ato cooperativo (art. 6ª, §13, da Lei 11.101/2005) e, ainda, por serem operações com alienação fiduciária (art. 49, §3ª da LRF). Além da correção do valor para R\$ 14.759.3788,48, referente aos contratos CCB nº 101867-8, CCB nº 121867-8 e conta-corrente vinculada, vinculado ao contrato CCB nº 633147.



ANÁLISE DO AUDITOR CONTÁBIL:

As operações examinadas possuem garantia real vinculada ao limite guarda-chuva e alienação fiduciária regularmente constituída.

O somatório dos saldos devedores, na data de emissão indicada, coincide com o montante trazido pelo credor (**R\$ 14.759.378,48**), havendo apenas a observação de previsão de tarifa, conforme extrato de conta corrente, no valor de **R\$ 180,00** (cento e oitenta reais) ainda pendente de lançamento/compensação.



POSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL:

O credor apresentou manifestação requerendo a exclusão de seu crédito do processo de recuperação judicial do Grupo Ribeiro, com fundamento na natureza jurídica das operações realizadas.

Sustenta que os contratos firmados com a recuperanda configuram **atos cooperativos típicos**, nos termos do art. 79 da Lei nº 5.764/71¹, e, por isso, **não se submetem aos efeitos da recuperação judicial**, conforme previsão expressa do art. 6º, §13, da Lei nº 11.101/2005 ², incluído pela Lei nº 14.112/2020.

Há que se ressaltar a garantia de alienação fiduciária.

O § 3º, do artigo 49, da Lei 11.101/2005, estabelece que tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial.

§ 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham

¹ Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

² § 13. Não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial os contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados, na forma do art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, consequentemente, não se aplicando a vedação contida no inciso II do art. 2º quando a sociedade operadora de plano de assistência à saúde for cooperativa médica.

cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

Assim sendo, este administrador judicial opina no sentido de que, independentemente do saldo do crédito listado pela Recuperanda, o crédito deve ser integralmente excluído na 2ª listagem de credores, não por ser crédito cooperativo, mas sim, por se tratar de crédito garantido por alienação fiduciária, enquadrando-se no que dispõem o § 3º, do artigo 49, da Lei 11.101/2005.

3. Consolidação do Quadro

DEVEDOR	CREDOR	REGISTRO	CLASSE	VALOR R\$
CLASSE II – GARANTIA REAL				
FÁBIO VAZ RIBEIRO	BANCO SANTANDER S/A	41600301036	CLASSE II Garantia Real	R\$ 11.876.438,64
FÁBIO VAZ RIBEIRO	BANCO DO BRASIL S.A.	58110515	CLASSE II Garantia Real	R\$ 664.870,57
FÁBIO VAZ RIBEIRO	BANCO DO BRASIL S.A	58110564	CLASSE II Garantia Real	R\$ 2.358.576,05
FABIANE VAZ RIBEIRO	BANCO DO BRASIL S.A.	40073480	CLASSE II Garantia Real	R\$ 1.202.682,19
FÁBIO VAZ RIBEIRO	BANCO DO BRASIL S.A.	58111278	CLASSE II Garantia Real	R\$ 826.289,47
FÁBIO VAZ RIBEIRO	BANCO BRADESCO S.A	433747	CLASSE II Garantia Real	R\$ 573.925,62
FÁBIO VAZ RIBEIRO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1931179	CLASSE II Garantia Real	R\$ 1.289.961,25
FÁBIO VAZ RIBEIRO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1976694	CLASSE II Garantia Real	R\$ 1.214.438,04
FÁBIO VAZ RIBEIRO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1952683	CLASSE II Garantia Real	R\$ 2.051.179,77
FÁBIO VAZ RIBEIRO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1952309	CLASSE II Garantia Real	R\$ 1.308.371,38
FÁBIO VAZ RIBEIRO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1931223	CLASSE II Garantia Real	R\$ 1.533.351,65
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO				
FÁBIO VAZ RIBEIRO	CELSO GONÇALVES DE CASTRO	CONTRATO	CLASSE III	R\$ 12.000.000,00
FABIANE VAZ RIBEIRO	COOP. CRÉDITO REG. METROPOLITANA	CHEQUE	CLASSE III	R\$ 5.000,00
FABIANE VAZ RIBEIRO	COOP. CRÉDITO REG. METROPOLITANA	CARTÃO	CLASSE III	R\$ 25.241,00
FÁBIO VAZ RIBEIRO	PAULO ANTÔNIO PASSOS	NOTA PROMISSÓRIA	CLASSE III	R\$ 1.630.000,00
Total				R\$ 38.560.325,63

4. Considerações finais

Portanto, atendendo ao art. 1º da Recomendação nº 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça, o presente RELATÓRIO DA FASE ADMINISTRATIVA DE VERIFICAÇÃO DE CRÉDITOS da 2ª (segunda) relação de credores apresentada por esta administração nos autos principais de recuperação judicial e devidamente publicada no Diário de Justiça Eletrônico

No mais, essa AJ reforça que os devedores e os credores que apresentaram habilitações e divergências estão sujeitos às penalidades dos crimes previstos nos artigos 168 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, especialmente do artigo 175, que consiste em apresentar, em recuperação judicial, relação de créditos, habilitações de créditos ou reclamações falsas, ou juntar a elas título falso ou simulado, sendo que a documentação que fundamentou a elaboração desta relação ficará à disposição dos interessados.

Ademais, convém oportuno ratificar, também, que está em curso o prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do 2º edital, para que qualquer credor, devedores ou seus sócios ou, ainda, o Ministério Público, apresentem ao juiz impugnação contra a relação de credores publicada, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado, nos termos do artigo 8º da Lei 11.101/05.

Termos em que, requer o Prosseguimento.

Goiânia, 06 de abril de 2026

RAONI SALES BARROS
(Administrador Judicial)
OAB/GO